

MEMORIAL DESCRITIVO SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Tabela Sintética

Tabela 01:

Item	Local	Horário do serviço	Endereço
1	UBS Jardim Aeroporto – Centro de Saúde Escola Barão de Mauá	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua das Palmeiras, 994
2	UBS Adão do Carmo – Dr. Luiz Philipe Tinoco Cabral	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Antônio Vicco, 201
3	UBS Jardim Presidente Dutra – Dr. Sérgio Botelho da Costa Moraes	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Carolina Maria de Jesus, 365
4	UBS Marincek – Albert Sabin	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Roberto Michellin, s/nº
5	UBS Parque Ribeirão Preto – Waldemar Barnsley Pessoa	01 posto de vigilância das 6h às 18h 01 posto de vigilância das 10h às 22h	Rua Guy Saad Salomão, 225
6	UBS Vila Recreio – Adalberto Teixeira Andrade	01 posto de vigilância das 07h às 19h	Rua Tabatinga, 320
7	UBS Vila Albertina – Dr. Álvaro Panazzolo	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Apeninos, 941
8	UBS Maria Casagrande Lopes – Ernesto Che Guevara	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Paulo Gerardi, 350
9	UBS Jardim João Rossi - Prof. Dr. Jacob Renato Woiski	01 posto de vigilância das 06h às 18h 01 posto de vigilância das 18h às 06h	Av. Independência 4.315
10	UBS Vila Mariana - Oswaldo Cruz	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Ribeirão Preto, 1.070
11	USF Jardim Heitor Rigon - Dr. Luiz Gonzaga Olivério	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Av. Maestro Alfredo Pires, 391
12	UBS Simioni - Alexander Fleming	01 posto de vigilância das 06h às 18h	Rua Antonio Augusto Carvalho, 672
13	UBS Ribeirão Verde - Herbert de Souza - Betinho	01 posto de vigilância das 07h às 19h	Rua João Toniolli, 3.461
14	Sede da Secretaria Municipal de Saúde	02 postos de vigilância das 7h às 19h 02 postos de vigilância das 19h às 7h	Rua Duque de Caxias, 675
15	Gerência de Vigilância Ambiental em Saúde	02 postos de vigilância das 7h às 19h 02 postos de vigilância das 19h às 7h	Av. Eduardo Andrea Matarazzo, 4255

16	Gerência do Sub-Almoxarifado da Saúde e Gerência de Farmácia	01 posto de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Av. Francisco Junqueira, 1665
17	Base do Samu	01 posto de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Rua Joao Nutti, 1000
18	CRE Central	01 posto de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Rua Prudente de Moraes, 35
19	Gerência de Transportes da Saúde	02 postos de vigilância das 7h às 19h 02 postos de vigilância das 19h às 7h	Rua Tamandaré, 718
20	NGA-59 - Núcleo de Gestão Assistencial	02 postos de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Rua Minas, 895
21	UBDS Castelo Branco - Dr. Ítalo Baruffi	01 posto de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Rua Dom Luis do Amaral Mousinho, 3300
22	CAPS III Oeste - Dr. André Santiago	01 posto de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Rua Pará, 1280
23	Centro Especializado de Reabilitação - CER - Dr. Jayme Nogueira Costa	01 posto de vigilância das 7h às 19h 01 posto de vigilância das 19h às 7h	Rua Francisca Massaro Farinha, 255

- A quantidade de profissionais que irão atuar em cada localidade foi estabelecida com base nas características das atividades desenvolvidas (CBO 5173-30), metragem interna/externa, horário de funcionamento do local e características de cada local. São 28 (vinte e oito) postos de vigilância diurno e 14 (quatorze) postos de vigilância noturno, totalizando o contingente operacional de 56 (cinquenta e seis) vigilantes ao longo do dia e 28 (vinte e oito) no período noturno, trabalhando em escala de 12x36 horas.

- **Descrição dos requisitos da contratação**

- **Do Objeto:**

- Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial com a finalidade de exercer preventivamente a proteção do patrimônio e das pessoas que se encontram nos limites da localidade a ser vigiada, com a efetiva cobertura da Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto e nas unidades de saúde constantes na Tabela 01. O objeto deverá ser executado em conformidade com a legislação aplicável aos serviços de segurança e vigilância patrimonial, em especial a Lei Federal nº 14.967/2024.

- **Das obrigações e responsabilidades da Contratada:**

- A prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial, nos termos da Lei Federal nº 14.967/24, com a efetiva cobertura dos postos, escalados para o local indicado acima.
- A empresa de vigilância deverá ter seu funcionamento autorizado, controlado e fiscalizado pelo Departamento de Polícia Federal, órgão competente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme art. 4º da Lei 14.967, de 09 de setembro de 2024;
- Para a Prestação dos Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, a Contratada obriga-se a:
 - Implantar as atividades no prazo estabelecido para início dos serviços local e horários fixados pelo Contratante.
 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
 - Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
 - Comprovar a formação técnica específica dos Vigilantes mediante apresentação do certificado de curso de formação de Vigilantes e Carteira Nacional, expedidos por instituição devidamente habilitada e reconhecida.
 - Comprovar obediência à periodicidade legalmente estabelecida quanto ao curso de reciclagem.
 - Disponibilizar Vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, devendo estar uniformizados e portando crachá com foto recente.
 - Efetuar imediatamente a reposição de Vigilantes nos postos em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

- Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando os serviços.
- Assegurar que todo Vigilante que cometer falta disciplinar não seja mantido no posto ou em quaisquer outras instalações do Contratante.
- Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- Instruir seus Vigilantes quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante.
- Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- Manter controle de frequência e pontualidade de seus Vigilantes sob o contrato.
- Propiciar aos Vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:
 - Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam e às condições climáticas, envolvendo, obrigatoriamente:
 - Apito com cordão;
 - Emblema da empresa;
 - Plaqueta ou crachá de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de 1 (um) ano, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV), fotografia colorida em tamanho 3x4 e a data de validade.

- Equipamentos e materiais necessários, tais como equipamentos de intercomunicação, lanternas recarregáveis e livros de capa dura numerados tipograficamente para o registro de ocorrências.
- Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamento de benefícios e encargos.
- Fornecer, obrigatoriamente, os auxílios e benefícios previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.
- Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos.
- Indicar um supervisor para realizar semanalmente, em conjunto com o Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços.
- Os supervisores da Contratada deverão obrigatoriamente inspecionar os postos no mínimo uma vez por semana.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.
- Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.
- A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas que tratem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada.
- Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

- A contratada deverá alocar na execução dos serviços, vigilantes devidamente habilitados, com curso de formação ou reciclagem em dia e que atendam a todos os requisitos para o exercício da profissão, nos termos da legislação vigente.
- **Dos materiais a serem utilizados na rotina de serviço:**
- Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- Crachá ou distintivo de identificação pessoal, uma unidade por vigilante, autenticado pela empresa, com validade de 1 (um) ano, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV), fotografia colorida em tamanho 3x4 e a data de validade.
- Cassetete, pelo menos uma unidade por vigilante;
- Porta Cassetete, pelo menos uma unidade por vigilante;
- Lanterna recarregável, uma unidade por posto;
- Livro de Ocorrências, uma unidade, sendo ao seu término automaticamente substituído;
- Apito, uma unidade por vigilante;
- Cordão de apito, uma unidade por vigilante;
- Rádio transmissor, uma unidade por posto;
- **Dos Requisitos de Sustentabilidade**
- A prestadora de serviços deverá seguir critérios e práticas de sustentabilidade, entre eles:
 - Empregar o uso de lanternas recarregáveis;
 - Em atendimento à Resolução CONAMA nº 401, de 05 de novembro de 2008, e às Leis Estadual (nº 12.300/2006) e Federal (nº

12.305/2010) de Resíduos Sólidos e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como à Resolução SMA nº 45/2015, o Contratante deverá entregar as pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos nos pontos de coleta credenciados e inseridos em rede de programa de responsabilidade pós-consumo do setor de pilhas e baterias.

- **Dos requisitos sobre normas trabalhistas e convenções coletivas:**
- A atividade de vigilância é considerada de risco. Por esse motivo deverá ser pago o adicional de periculosidade previsto na Lei n.º 12.740/12, no grau máximo, isto é, 30% (trinta por cento).
- Os serviços além de continuados também devem ser prestados ininterruptamente; razão pela qual há previsão no Termo de Referência para haver escala de revezamento com plantão de 12 horas com 36 horas de descanso, mantendo-se vigilantes em postos estratégicos 24 horas por dia, 7 dias por semana, tanto no período diurno como no noturno.
- Como haverá prestação de serviço noturno, ou seja, entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, deverá ser pago adicional noturno aos profissionais que trabalharem nesse turno, por força do art. 73 da CLT.
- Como haverá jornada de trabalho de 12 horas, também poderá haver indenização das horas intrajornada (horas de repouso), com base no § 4º do art. 71 da CLT, caso não haja substituto no período de descanso. Isso porque os postos de trabalho com escala 12x36 não podem ficar descobertos durante a execução do serviço e que a empresa deve conceder ou indenizar o intervalo intrajornada o que implica em providenciar um substituto para cobrir o posto durante o intervalo, conforme art. 59-A da Lei nº 13.467/2013.
- Os vigilantes possuem representação sindical na base territorial de Ribeirão Preto/SP, assim como existe o sindicato patronal das empresas especializadas em serviços de segurança privada. Os referidos sindicatos celebram anualmente convenção coletiva de trabalho pela qual definem

salário-base (piso) e outros benefícios. Logo, trata-se de contratação com previsão de reajuste (repactuação) periódica, haja vista que não podem ser pagos salários inferiores aos que são definidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho, se existente, e quando aplicáveis aos profissionais contratados.

- **Da Descrição do Serviço:**

- Os serviços serão prestados pela Contratada no local discriminado pelo Contratante, nos seguintes regimes e escalas:

- Regimes do posto:

- - Vigilante desarmado.

- Escalas:

- 12 horas diárias diurno e noturno, de 2^a feira a domingo;

- A unidade de medida utilizada para a contratação dos postos de serviços é o Posto/dia, entendendo-se por Posto/dia o trabalho de 1 (um) Vigilante em 1 (um) local determinado por certo período.

- Somente serão considerados, para fins de pagamento, os dias efetivamente trabalhados, multiplicados pelo valor unitário do Posto/dia.

- A Prestação dos Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial nos postos fixados pelo Contratante envolve a alocação, pela Contratada, de profissionais devidamente habilitados, portando obrigatoriamente a respectiva Carteira Nacional de Vigilantes, nos termos da legislação vigente, e capacitados para:

- Assumir o posto devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

- Comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer anormalidades verificadas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

- Comunicar à área de segurança do Contratante todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio;
- Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;
- Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Ambiental, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida do Contratante, bem como aquelas que entender como oportunas;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada da pessoa, seus dados serão anotados no ato e o documento devolvido imediatamente ao interessado, conforme disposto na Lei Federal nº 9.453/1997;
- Fiscalizar a entrada e a saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- Fiscalizar a entrada e a saída de materiais mediante conferência das notas fiscais ou de controles próprios do Contratante;
- Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante. Facilitar, no que for possível, a atuação das mesmas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- Controlar a entrada e a saída de veículos, empregados, funcionários e visitantes após o término de cada expediente de trabalho, em feriados e fins de semana, na conformidade do que venha a ser estabelecido pelo Contratante;

- Proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados às instalações sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo Contratante;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao local, comunicando o fato ao Contratante;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao local e a imediações que provoque ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;
- Não se ausentar do posto;
- Executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme a orientação recebida do Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;
- Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança;
- Repassar ao(s) Vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.
- A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pelo Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes.
- As ações dos Vigilantes devem se restringir aos limites das instalações do Contratante e estar circunscritas à sua área de atuação estabelecida pela legislação específica.
- Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante. A Contratada



responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

Ribeirão Preto, 01 de dezembro de 2025.

João Paulo Lula Lublanski
Subsecretário de Infraestrutura e Suporte Operacional

Maurício Godinho
Secretário Municipal da Saúde